



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6351 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

FERNANDO DE AZEVEDO: EDUCAÇÃO PÚBLICA, UMA FUNÇÃO DO ESTADO
Breno Pereira Machado - UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

FERNANDO DE AZEVEDO: “EDUCAÇÃO PÚBLICA, UMA FUNÇÃO DO ESTADO”

O presente estudo tem por objetivo analisar o papel do Estado para o educador Fernando de Azevedo na história da educação brasileira. Dessa forma, questionou-se: qual a função do Estado para Azevedo na educação pública? Qual a importância dos investimentos dos poderes públicos na educação? As primeiras décadas do século XX, foram promissoras no que se refere a necessidade de uma educação pública como responsabilidade do Estado. Dessa forma, diversos intelectuais e educadores empreenderam diversas iniciativas em defesa de uma educação pública, gratuita, obrigatória e responsabilizada pelo Estado, assim ocorreria o gradativo desenvolvimento nacional.

Ressalte-se que este estudo é de uma das interfaces das discussões já realizadas na graduação e no Mestrado em Educação (2016-2018), que culminou na dissertação intitulada: *Fernando de Azevedo e o conceito de Educação Pública no Brasil* (MACHADO, 2018).

Fernando de Azevedo foi um dos educadores de expressiva participação no campo educacional brasileiro. Nasceu em 2 de abril de 1894 em Minas Gerais e faleceu em 1974. Ocupou diversos cargos no campo educacional brasileiro, dentre eles, promoveu o Inquérito de 1926 no *Jornal Estado de São Paulo*, a reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (1927-1931), onde fez uma campanha pela Instrução Pública. Redigiu o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), promoveu o *Código de 1933* e o *Manifesto dos Educadores: os mais uma vez convocados* (1959) e foi um dos idealizadores da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e também responsável pela incorporação do Instituto de Educação, além de produzir diversas obras que são referência nos estudos de história da educação brasileira, isto é, *A cultura brasileira* (1963), a obra *Educação entre dois mundos* (1958), bem como o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), as quais serão consideradas as fontes primárias para o estudo em tela.

O educador, assim como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meirelles foram alguns um dos intelectuais envolvidos no processo de redefinição do campo educacional. Dessa forma, lideraram o movimento da Escola Nova nas primeiras décadas do século XX. Tais educadores clamavam pela necessidade de uma educação responsabilizada pelo Estado. Dessa forma, a discussão em defesa dos investimentos educacionais pelos poderes públicos seria uma das condições fundamentais à democracia que se almejou instalar no Brasil naquele momento histórico.

Esse momento da história da educação brasileira, demarcou a incursão e a atuação de diversos educadores em reformas, conferências, debates, petições e manifestos no âmbito educacional, pois é um momento em que as invenções tecnológicas e as necessidades industriais e os princípios da modernidade ganham impulso, no intuito de formar comportamentos que favorecessem hábitos civilizados para uma vida regrada (VEIGA, 2007).

Entretanto, haviam conforme esses educadores mencionados, impasses que impediam o desenvolvimento de uma instrução pública para todos. Azevedo argumentava que os preceitos católicos na organização do Estado demarcaram a trajetória da educação brasileira. A Igreja Católica concatenada aos interesses da Metrópole portuguesa preocuparam-se em organizar a economia e a administração, pois intencionava a garantia e a exploração das terras do Novo Mundo, enquanto a Igreja buscou, por meio da Companhia de Jesus, contribuir com a educação, cultura e colonização, intermediados pelos interesses da sociedade e do Estado português (XAVIER, 2003).

Conforme o autor (AZEVEDO, 1963), durante a segunda metade do século XVIII, o Estado português assumiu a responsabilidade da educação no Brasil, por meio das chamadas aulas régias, isto é, o ensino das primeiras letras, porém estavam marcadas pela fragmentação do ensino. Com a vinda da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, ocorreram várias manifestações sobre a pesquisa científica em diversas instituições do ensino, mas no que se refere à educação, o Estado não conseguiu garantir a instrução pública à nação. Assim, a coroa portuguesa chegou a repassar a incumbência aos pais no que se refere ao pagamento dos professores para a instrução.

As discussões sobre a importância do Estado na educação demarcaram a *Constituição Imperial de 1824* (BRASIL, 1824). Nesse debate, iniciaram-se uma série de intensos debates sobre o processo de descentralização do estado em matéria educacional. A instrução ficaria relegada aos estados que não eram providos de recursos e subsídios financeiros para a manutenção de escolas e contratação de docentes. Nessa direção, Xavier (2003), argumenta que após a independência, a situação educacional não mudou em essência, pois o espaço para organização de um sistema de ensino público, se encontrava limitado, devido a própria organização social vigente, marcada pela fragmentação. Assim, o Estado isentou-se da educação. A instrução ficou relegada a apenas as famílias de expressivas condições aquisitivas.

Nesse âmbito, a República não trouxe mudanças representativas na educação, pois a Constituição republicana transferiu a instrução primária aos estados que deveriam ficar responsáveis pelo ensino em geral. A responsabilidade do Estado ficaria relegada apenas ao Distrito Federal, que se constituiria em uma espécie de modelo às demais províncias do Brasil. Para tanto, ocorreram atribuições e divisões entre a União e os Estados, mas não houve um esboço de uma política educacional voltada à educação pública, ou seja, diversos educadores tiveram suas expectativas frustradas em relação à política educacional republicana (AZEVEDO, 1963).

Durante as décadas de 1920 e 1930, o campo educacional revelou diversas disputas e embates entre diversos pontos de vista confessionais que insistiam pela permanência da associação entre o Estado e a Igreja Católica. Tais disputas se estenderam durante as décadas de 1920 e 1950, momento em que vários projetos de desenvolvimento nacional estavam em voga e intrinsecamente vinculados aos projetos educacionais. A não obrigação do Estado pela educação pública nacional contribuiu com falta de diretrizes e de um plano de educação nacional no Brasil, com articulações entre os diferentes níveis de ensino, bem como ao próprio impedimento à formação das elites, conforme afirmou Fernando de Azevedo.

denunciaria a permanência da tradição dualista do ensino desde a colônia até o Império.

A década de 1930, se tornou promissora no que se refere ao planejamento e atuação do Estado na política educacional. Esse momento desencadeou concordâncias e dissonâncias entre os intelectuais nas formulações e implementações educacionais. Sendo assim, ocorreram diversos empreendimentos na educação como a criação do Ministério da Educação, as Reformas promovidas por Francisco Campos e a própria publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Segundo Xavier (2005), era consenso entre os educadores do Movimento de renovação educacional, a ideia do envolvimento do Estado com assuntos da educação, cabendo ao poder público custear as instituições públicas. Porém, os órgãos de ensino não deveriam ser monopolizados a ponto de fazer apenas as vontades do Estado, mas ao contrário, deveria ser entendido como órgão de interesse geral em que todos pudessem expressar os interesses e necessidades da população em geral, desde que isentos de conluios doutrinários ou mesmo partidários.

A educação pública como responsabilidade do Estado seria intensamente refutada por diversos educadores católicos. Alceu Amoroso Lima, um dos intelectuais católicos, alegava que poderia acarretar em um *absolutismo do Estado* (XAVIER, 2005), no campo educacional, assim a arena educacional estava demarcada por “batalhas semânticas” (KOSELLECK, 2006), no que se refere à semântica e a posição do Estado na educação. Nesses embates, a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934), proclamou que o Estado deveria garantir a unidade nacional e não um suposto centralismo estéril.

A interferência do Estado nos assuntos educacionais, representou uma oposição aos interesses da Igreja, conforme diria Koselleck (2006), em uma espécie de conceito antitético-assimétrico, que marcava sentidos e posições contrárias de um dos grupos, ou seja, a dos renovadores. Dessa forma, a batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas (KOSELLECK, 2015).

Nesse contexto da década de 1930, Vargas tentou de conciliar interesses entre o grupo de educadores da Escola Nova e os educadores católicos, que representavam as premissas da Igreja Católica. Dessa forma, o texto Constitucional de 1934 (BRASIL, 1934), revelou discrepâncias e conciliação de interesses, demarcando uma concepção ambígua quanto aos mecanismos garantidores da educação, pois a educação ficaria dividida entre Estado e família, enfraquecendo o poder público na garantia da gratuidade educacional a todos os setores (XAVIER, 2005).

Durante o período do Estado Novo, a ação estatal na educação realizou-se por meio de extrema centralização administrativa e decisória, pautada no cerceamento de quaisquer inovações, manifestações, intensificando-se gradativamente a necessidade de nacionalização do ensino (XAVIER, 2003). A educação estava sintonizada com as indústrias técnicas e profissionalizantes. O horizonte de expectativas clamaria pela necessidade da educação pautada em grupos funcionais com ocupações diversificadas requeridas à divisão social do trabalho, em consonância ao ideário nazista. Nessa direção, a Constituição de 1937 (BRASIL, 1937), retomou princípios da Constituição de 1934 (BRASIL, 1934), em relação a fixação da União em matéria educacional, buscando, inclusive, estabelecer uma educação subsidiada pelo Estado e, também, formando diretrizes voltadas para uma educação pública nacional.

Em 1943, Azevedo redigiu *A cultura brasileira*, inicialmente seria uma intrusão ao recenseamento cultural. Nessa obra, o intelectual elogiou a série de cursos profissionalizantes promovidas pelo governo Vargas, denominando como uma fase brilhante da história do ensino, destoando dos discursos defendidos com a divulgação e a defesa da Escola Nova, nas décadas de 1920 e 1930, por vezes, corroborando com os posicionamentos e discursos do

governo do Estado Novo (1937-1945).

Durante a década de 1960, os renovadores voltam intensamente à arena pública em meio aos conflitos na tramitação do *Projeto da Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Os educadores denunciavam a renúncia do Estado em matéria educacional, corroborando pela posição contrária de diversos educadores em relação ao decreto-lei. Tal indignação dos educadores em relação ao papel do Estado na educação seria registrado no *Manifesto dos Educadores*: mais uma vez convocados de 1959. Azevedo questionou a tradição dualista instituída pelo Estado, propondo a articulação entre os níveis de ensino, defendendo a nacionalização da educação pública, ou seja, que as instituições escolares fossem tuteladas pelo Estado. Assim, ao poder público caberia o papel de articular as diversas iniciativas regionais, submetendo-as às questões de cunho moral, técnico e político (XAVIER, 2005).

Azevedo criticou o espaço de experiência, isto é, os acontecimentos passados da história brasileira, apontando como horizonte de expectativas um futuro nacional, em que a função precípua do Estado na educação, seria garantir as condições essenciais para o desenvolvimento nacional. Dessa forma, a defesa da instrução pública, gratuita, laica e obrigatória e para ambos os sexos, em todos os níveis de ensino, dos jardins de infância às universidades, seriam uma das condições fundamentais para a formação das elites a fim de ocuparem os postos de dirigentes nacionais. Essa ideia permeou as concepções de diversos intelectuais nacionalistas do século XX, um projeto nacional que colocasse o Brasil na rota das nações mais adiantadas, no entanto é importante situar o intelectual no contexto das ideias em que inseriu.

A defesa do Estado em matéria educacional revelou significativas conquistas no que se refere às tentativas de sistematização de um sistema educacional para o Brasil no século XX. É importante lembrar, que essas discussões ainda permeiam a história das políticas educacionais no tempo presente, ou seja, a defesa da educação responsabilizada pelos poderes públicos, bases teóricas que foram lançadas pelos renovadores e por Fernando de Azevedo desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932*, momento que revelou profundas expectativas em relação à reconstrução nacional para uma nação desenvolvida econômica e culturalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação pública. Democracia. Estado no Brasil. História da Educação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. 1. ed. Edições Melhoramentos, 1958b.

_____. et al. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. **Educação entre dois mundos**: problemas, perspectivas e orientações. 1. ed. Edições Melhoramentos, 1958b. p. 55-81.

_____. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1943] 1963.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1824)**. Brasília: Senado, 1824. Disponível em: . Acesso em: 8 out. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1891)**. Brasília: Senado, 1891. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1934)**. Brasília: Senado, 1934. Disponível em: <http://www2câmara.leg.br/legin/fed/consti/1930_1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1937)**. Brasília: Senado, 1937. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1946)**. Brasília: Senado, 1946. Disponível em: . Acesso em: 12 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1967)**. Brasília: Senado: 1967. Disponível em: . Acesso em: 16. out. 2018.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MACHADO, Breno Pereira. **Fernando de Azevedo e o conceito de Educação Pública no Brasil**. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

XAVIER, Libânia. Fernando de Azevedo e o legado de uma geração. In: GARCIA, Walter (Org.). **Educadores brasileiros do século XX**. Brasília: Plano editora, 2002. p. 117-136.

_____. Oscilações entre o público e privado na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, p. 235-242, jan./jun. 2003. Disponível em:

_____. O debate em torno da nacionalização do ensino da Era Vargas. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, jul./ago. 2005.